



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Educação Profissional e PROFAPS

Apresentação

O Ministério da Saúde reconhece e valoriza a formação dos trabalhadores como um componente para o processo de qualificação da força de trabalho, no sentido de contribuir para a efetividade da política nacional de saúde. Essa concepção da formação busca caracterizar a necessidade de elevação da escolaridade e os perfis de desempenho profissional, de modo a possibilitar o aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores, do domínio do conhecimento técnico-científico, da capacidade de gerenciar tempo e espaço de trabalho, de exercitar a criatividade, de interagir com os usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas de seu trabalho.

As atuais exigências de qualificação profissional dos trabalhadores apontam para um novo perfil dos profissionais, mais amplo em termos de competências, mais polivalente em termos de atuação e baseado em princípios sólidos de conhecimentos. Não se tratando de apenas treinamento e apreensão de habilidades técnicas, mas de construção de capacidade e fortalecimento do capital humano.

1. Educação Profissional para Trabalhadores de Nível Médio na Saúde

A Constituição Federal de 1988 estabelece a construção de uma Política de Recursos Humanos na Saúde e define que a ordenação da formação de trabalhadores para o SUS é atribuição do Ministério da Saúde, abrindo possibilidade de formar trabalhadores com perfil pertinente às necessidades técnicas e sociais emergentes das necessidades locais e regionais, tendo em vista a garantia da implementação do SUS.

A idéia central que se difundiu nos anos 90, e que foi amplamente reconhecida, é que o setor saúde não poderia mais se limitar a treinamentos e cursos de atualização profissional, mas deveria realizar capacitações acompanhadas de titulação para fins de legitimação profissional, o que fortaleceu a formação técnica de nível médio. Esse eixo de formação profissional é uma importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, o que requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

A sustentação da formação de trabalhadores de nível técnico necessita de abordagem ampliada e intervenção organizada, que promova articulação das esferas federal, estadual e municipal. A implementação do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) é exemplo de envergadura dessa política que representa uma grande conquista de direito à educação profissional e têm gerado experiências para outros projetos de formação na área da saúde. Para o DEGES, a educação profissional é compreendida como um fenômeno dinâmico e permanente, com papel importante no processo de humanização do homem e de transformação social, criando a perspectiva de que o trabalho no SUS tem caráter formativo e possibilita reflexões críticas sobre as práticas de atenção, gestão e educação.

2. Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde – PROFAPS

Dentre as diretrizes estratégicas do MAIS SAÚDE – Direito de Todos (2008 – 2011) destaca-se a que visa Ampliar e Qualificar a Força de Trabalho em Saúde, caracterizada como um investimento essencial para a perspectiva da evolução do SUS.

O seu propósito é contribuir para a melhoria da Atenção Básica e Especializada, capacitando técnicos nas áreas de: Radiologia, Patologia Clínica e Citotécnico, Hemoterapia, Manutenção de Equipamentos, Saúde Bucal, Prótese Dentária, Enfermagem e Vigilância em Saúde. Ainda está prevista continuidade da formação inicial dos Agentes Comunitários da Saúde e Qualificação de Cuidadores de Idosos. A execução técnica-pedagógica dos cursos de formação de trabalhadores, prioritariamente, estará a cargo das Escolas Técnicas do SUS, Escolas de Saúde Pública e Centros Formadores vinculados aos gestores estaduais e municipais de saúde.